

POSSÍVEIS INTERFERÊNCIAS DO PROGRAMA MAIS PROFESSORES NO PIBID E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA E COMPARATIVA DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Ana Gabriela da Costa Lara Medeiros¹
Andreia Rezende Garcia-Reis²

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar uma análise interpretativa dos documentos oficiais vinculados ao Programa Mais professores - lançado pelo Ministério da Educação por meio da portaria Capes nº 6, de 15 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o regulamento Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência - Pé-de-Meia Licenciaturas - e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, bem como uma comparação desses documentos, a fim de levantar possíveis interferências do Programa Mais Professores no PIBID. Os pressupostos teóricos subjacentes à análise dos documentos se encontram na teoria do Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 2008, 2021) tendo em vista o enfoque dado aos textos do entorno-precedente ao agir de ambos os programas. A intenção da pesquisa é investigar se as ações norteadoras do Programa Mais Professores poderiam interferir no PIBID e quais as consequências e perspectivas para o cenário da formação de professores no Brasil.

Palavras-chave: Formação de professores – PIBID – Programa Mais Professores – Interacionismo Sociodiscursivo.

INTRODUÇÃO

Neste texto, apresentaremos uma comparação entre os documentos oficiais de apresentação de dois programas que visam a melhoria da qualidade da educação, e a partir desta comparação, propomo-nos a uma interpretação de possíveis interferências do Programa Mais Professores no Programa Institucional de Bolsas à Iniciação à Docência. Nesse sentido, este artigo se ancora nos pressupostos teórico-metodológicos do Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 2008, 2021), assumindo a linguagem como atividade central do desenvolvimento humano, uma vez que é por meio dela que interagimos socialmente através dos discursos que produzimos. Nosso foco será a análise dos textos do entorno-precedente ao agir³ relacionados aos dois programas a partir do Segmento de Orientação Temática (SOT) e

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: anagabrielacostalara@gmail.com

² Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: andreiargarcia@ufjf.br.

³ Termo cunhado por Bronckart (2008) para se referir às dimensões da prescrição. Em nosso trabalho, embora tenhamos dado preferência a esse termo, também usaremos os termos “texto prescrito” e “texto prescritivo” para fazer referências aos documentos aqui analisados.



Segmento de Tratamento Temático (STT), de acordo com o proposto por Bronckart (2008) e Bulea (2010). As seções deste artigo estão assim organizadas: introdução com apontamentos do referencial teórico, metodologia, discussão e resultados e considerações finais.

No entanto, antes de nos atermos aos textos prescritivos relacionados a ambos os programas, é importante que façamos uma retomada das concepções de formação docente no Brasil e de necessárias reflexões acerca do tema.

A partir das definições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - (BRASIL, 1996), a formação inicial e continuada de professores tem sido um desafio. Ao mesmo tempo em que se estabelece que a formação docente tem relação direta com a qualidade do trabalho e com a qualidade da educação, diversos pesquisadores apontam uma deficiência na formação docente. De fato, há mais de uma década, Gatti (2010, 2013, 2014, 2019, 2021) defende que há uma insuficiência para o desenvolvimento da docência, no que se refere à formação de professores para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EF) e para a Educação Infantil (EI) no Brasil, especialmente no tocante à parte curricular dedicada à formação específica. Em suas pesquisas, Gatti (2021) mostra que as políticas e os programas nacionais ainda não surtiram os efeitos esperados, uma vez que há descontinuidade nas implementações ou reformulações sucessivas e fragmentação de ações entre vários órgãos governamentais. Neste viés, é válido dizer que nos encontramos em meio a uma crise formacional e, nesse contexto, cabe-nos analisar as possibilidades de percurso formativo e como os programas, a exemplo do PIBID e do Mais Professores, têm contribuído para a formação e a firmação da profissão docente.

Para avançarmos na compreensão e na produção de um significado para a formação para a docência, retomamos Nóvoa (1995), que postula que esta inclui também experiências anteriores à formação propriamente profissional: passa pela formação inicial e continuada, organização da carreira, valorização salarial e condições de trabalho, assim como pelos valores e concepções de cada profissional e suas condições gerais de vida, uma vez que a disponibilidade física e emocional interfere diretamente no exercício da profissão. Nesse sentido, a formação docente não se restringe a fazer um curso de graduação, já que também resulta de toda uma situação cultural em que o indivíduo está inserido, ressaltando toda vivência, experiência e formação adquiridas como pessoa, como ser social. Para o autor, a vida profissional e as experiências sociais mais amplas se interpenetram e se constituem. Desse modo, não há uma separação entre a pessoa e o profissional, sendo a identidade dos professores um lugar de lutas e conflitos, um espaço de construção, de modos de ser e estar na profissão. Um deslocamento no debate sobre a formação de professores realçado por Nóvoa



(1995), ao longo dos anos, é dizer da necessidade de incluir novas abordagens: de uma perspectiva excessivamente centrada nas dimensões acadêmica (áreas, currículos, disciplinas) para uma perspectiva centrada no terreno profissional. Tal feito se justifica, já que a trajetória e a construção da identidade profissional (ou professoralidade) de um docente é, segundo o autor, um processo único, complexo, a partir da apropriação do sentido da sua história pessoal e profissional.

Nesse sentido, para Nóvoa,

A formação é fundamental para construir a profissionalidade docente e não só para preparar os professores do ponto de vista técnico, científico ou pedagógico [...] Não pode haver boa formação de professores se a profissão estiver fragilizada, enfraquecida. Mas também não pode haver uma profissão forte se a formação de professores for desvalorizada e reduzida apenas ao domínio das disciplinas a ensinar ou das técnicas pedagógicas. A formação de professores depende da profissão docente. E vice-versa (Nóvoa, 2017, p. 1131).

Isso também pode ser evidenciado em Gatti et al. (2019), que definem que o trabalho docente tem a ver com aprendizagem de conhecimentos de modo significativo, sendo, portanto, portador de um compromisso político, na direção do exercício consciente da cidadania, mas é assentado também no domínio de conhecimentos e de competências relativas à vida social e ao trabalho. No entanto, a autora considera que a formação para o trabalho docente se dá de modo pouco integrada ao real contexto escolar no qual o profissional irá desenvolver a profissão. Para a autora, trata-se de uma formação com “currículos fragmentados, com conteúdos excessivamente genéricos e com grande dissociação entre teoria e prática, estágios fictícios e avaliação precária, interna e externa” (Gatti, 2013, p. 58).

Desse modo, programas educacionais para melhorias da educação básica e de incentivo à docência devem apresentar em sua essência uma preocupação com estes três pilares de sustentação da carreira docente: a formação inicial, que deve estar atrelada, por sua vez, à união entre teoria e prática; a formação continuada; e incentivos financeiros.

Nesse contexto de possibilidades de formação inicial e continuada nascem os Programas PIBID e Mais professores, cada um em um momento diferente, mas ambos em mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Como nosso trabalho tem o objetivo de apresentar uma comparação entre os dois programas, discorreremos, em um primeiro momento, acerca do PIBID e, logo depois, apresentaremos o Programa Mais Professores. Acreditamos que reflexões sobre os dois programas, como eles se entrelaçam e como se afetam são fundamentais para encaminhamentos de programas e de políticas públicas que visam a melhoria da educação básica nacional.



O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), administrado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), tem por finalidade “fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira”, como disposto no artigo 1º do Decreto nº 7.219, de junho de 2010, que o instituiu. Pode-se dizer que o programa marcou um momento político que visava ao crescimento de políticas públicas e de programas educacionais voltados à formação inicial e continuada de professores num contexto em que a formação docente passou a ser vista como decisiva na mediação das transformações sociais.

O projeto PIBID requer, obrigatoriamente, o envolvimento de duas instituições de ensino: uma instituição de ensino superior e uma instituição de ensino básico, estabelecendo entre elas um diálogo sobre projetos educacionais para os diversos componentes curriculares, sobre perspectivas de ensino-aprendizagem e sobre melhores formas de preparar os profissionais para o trabalho docente, fortalecendo as relações entre teoria e prática.

Dentre os objetivos descritos no artigo 3º do Decreto nº 7.219, está a elevação da qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, a fim de promover uma maior integração entre os estudantes de ensino superior e a educação básica. Nesse sentido, podemos observar que o próprio decreto pressupõe que, para haver maior qualidade na formação de futuros profissionais docentes para a educação básica, haverá de se possibilitar também uma experiência de trabalho docente aos estudantes de licenciatura a partir do convívio com a educação básica e com tudo aquilo que lhe permeia.

Não se pode conceber a formação do professor apenas pelo viés do estudo das teorias, haverá de se levar em conta, para que essa formação seja sólida, a observação, a análise e a reflexão sobre as atividades que fazem parte do trabalho docente. Saviani (2007) critica a divisão entre teoria e prática, indicando a necessidade de estratégias para que elas sejam congregadas. Em diálogo com o autor, Nóvoa (2022) reforça a crítica a essa dicotomia que ainda existe no contexto de formação do profissional professor: Mas a teoria de uns e a prática de outros é, muitas vezes, vazia: ou porque é uma teoria enciclopédica, de uma erudição que pouco ajuda a pensar criticamente a educação e a profissão; ou porque é uma prática rotineira, sem qualquer capacidade de reflexão e de construção de novas dinâmicas (Nóvoa, 2022, p. 76).

Na atividade docente, a boa realização do trabalho, em suas diversas perspectivas, pressupõe a qualidade da formação inicial e as possibilidades das formações continuadas.

Nesse sentido, parece-nos que o PIBID tem funcionado como uma via de mão dupla, fazendo-



se meio de vivência escolar para os futuros professores e lugar de revisitação e atualização teórica, oportunizando, aos professores supervisores, pensar o próprio fazer docente.

Desse modo, confirmamos a importância do PIBID para o estabelecimento de qualidade do ensino superior e da educação básica, costurando-os e entrelaçando-os num continuum, tendo em vista que, a partir do programa, formam-se novos professores aptos para o trabalho docente e constroem-se ações de formações continuadas para os professores supervisores que revisitam seus saberes docentes e seu agir docente à luz de novas teorias e diálogos com as IES.

Paralelamente ao PIBID, como uma alternativa à baixa procura pelos cursos de licenciatura, o governo Lula lançou, no dia 14 de janeiro de 2025, o Programa Mais Professores. No decreto, salienta-se como finalidade do programa a promoção da valorização e a qualificação do magistério da educação básica, a partir do incentivo à docência. O programa tem sido bastante discutido nas grandes mídias e pontuações positivas e negativas têm recaído sobre ele. T tamanha mobilização acerca do assunto deve-se, inicialmente, ao próprio enfoque dado ao programa pelo próprio Ministério da Educação. Além disso, o programa Mais Professores foi bastante criticado, pois tem sido visto pelos grandes veículos de comunicação como uma medida paliativa para resolução dos problemas salariais que recaem, sobretudo, nos docentes da educação básica, o que gera um contexto de falta de atratividade para a carreira.

É necessário pontuar que, tradicionalmente, tratamos problemas estruturais como se fossem pontuais ou emergenciais. A falta de professores na educação básica brasileira já vem sendo anunciada há pelo menos duas décadas e sua origem não está na questão da formação docente, mas na falta de valorização da profissão docente. É claro que ações como o Pé-de-Meia, por exemplo, bolsa cedida a alunos de licenciatura como parte das ações do Programa Mais Professores, contribuirão para permanência de alunos nos cursos de licenciatura, mas não serão suficientes para a manutenção desses futuros profissionais na docência.

METODOLOGIA

Nossa investigação está embasada no aporte-teórico do Interacionismo Sociodiscursivo, mais precisamente em conformidade com Bronckart (1999, 2008, 2021), que defende que as atividades coletivas e sociais são mediadas pela linguagem. Para Garcia-Reis e Callian (2021), o ISD torna-se um método relevante para as pesquisas em educação, uma vez que “permite a análise de textos referentes às diversas e multifacetadas atividades” (Garcia-Reis; Callian, 2021, p. 142).



Os dados utilizados foram retirados dos documentos oficiais – Decretos nº 12.358 e nº 7.219, e para análise lançamos mão de Bronckart (2008), que retoma a perspectiva de Volochinov, ao focalizar a análise descendente da atividade linguageira na construção do discurso. Assim, na análise da linguagem como agir, deveríamos, inicialmente, ponderar “as condições e os processos de interação social” (Bronckart, 2008, p. 76). Desse modo, a linguagem não pode ser reduzida ao ato material do texto, haja vista que está fundamentada nos processos de comunicação social, pois ela é, de acordo com Bronckart (2021), um fenômeno interativo e social:

Nesta perspectiva, os produtos da atividade de enunciação, a saber, os enunciados ou os discursos concretos, são constituídos por formas cujas significações ou valores são marcados pelas propriedades do contexto das interações verbais; sua interpretação ou sua compreensão exige, em consequência, relacionar formas linguísticas observáveis com os elementos desse contexto mais do que recorrer às únicas “ideias” de um autor singular (Bronckart, 2021, p. 324).

Desse modo, entendemos que, por trás da materialidade dos documentos, há interpretações que nascem das redes discursivas, ou seja, das atividades linguageiras existentes no contexto social. Assim, a comparação entre os documentos e sua análise levará em conta também posicionamentos a respeito, principalmente, do Programa Mais Professores, tendo em vista sua projeção no cenário educacional brasileiro.

Utilizamos para a organização dos dados a metodologia de categorização dos conteúdos temáticos presentes nos textos: o Segmento de Orientação Temática (SOT) e o Segmento de Tratamento Temático (STT) (Bulea, 2010). No primeiro segmento, buscamos, nos documentos em análise, temas previamente definidos por nós. No segundo segmento, procedemos à elaboração de etiquetagem em virtude de elementos que foram encontrados nos documentos.

Na próxima seção, apresentaremos a análise e interpretação dos dados gerados a partir dos SOTs e STTs, conforme os quadros produzidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme pontuamos na seção anterior, os dados foram organizados em formato de quadros, os quais correspondem a SOTs. Os quadros foram formatados em quatro colunas, representando, respectivamente: o SOT, o STT, trechos do Decreto Decreto nº 7.219 (PIBID)

e trechos do Decreto Decreto nº 12.358. Para essa organização, fizemos um do que os



documentos analisados traziam, em suas concepções, a respeito de licenciatura, de docência, de formação inicial e de formação continuada. Nesse sentido, é importante ressaltarmos de antemão que esses conceitos não aparecem nos documentos de forma estanque, tendo em vista que todos eles dialogam entre si e complementam-se durante todo o processo que desencadeia na profissão docente.

O primeiro quadro diz respeito ao SOT “licenciatura”. A partir dele, nos propusemos a analisar como os documentos retomam as ações relacionadas à licenciatura.

Quadro 1: SOT Licenciatura e STT Ações de incentivo à licenciatura

SOT	STT	TRECHOS DECRETO PIBID	TRECHOS DECRETO MAIS PROFESSORES
Licenciatura	Ações de incentivo à licenciatura	<p>1-Bolsista estudante de licenciatura: o aluno regularmente matriculado em curso de licenciatura que integra o projeto institucional da instituição de educação superior, com dedicação de carga horária mínima de trinta horas mensais ao PIBID.</p> <p>2-Acompanhamento, orientação e avaliação dos bolsistas estudantes de licenciatura.</p> <p>3 - Concessão de bolsa de iniciação à docência a alunos de cursos de licenciatura que exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, bem como aos professores responsáveis pela coordenação e supervisão destas atividades.</p>	<p>1-Fomentar a atratividade, a permanência e a conclusão em cursos de licenciatura junto às IES.</p> <p>2-Fica instituída a Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência – Pé-de-Meia Licenciaturas, com o objetivo de fomentar o ingresso, a permanência e a conclusão nos cursos de licenciatura de estudantes com alto desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem.</p>

Em ambos os decretos, é possível observar a importância financeira/econômica dada aos programas, condição fundamental para manutenção dos estudantes de licenciatura nas universidades. No contexto dos dois decretos analisados, percebemos que as ações de incentivo à licenciatura estão atreladas ao oferecimento de bolsas. No entanto, no PIBID, o oferecimento da bolsa se relaciona não apenas à matrícula no curso de licenciatura, mas também à iniciação ao trabalho docente. Nesse sentido, como pode ser retomado no primeiro quadro, o estudante deverá cumprir carga horária destinada a reuniões nas próprias IES, além de atuar nas escolas de ensino básico. Outrossim, as palavras presentes no tópico 2, da terceira coluna, “acompanhamento”, “orientação” e “avaliação” remetem a um maior contato das instituições de ensino, representadas pelos professores coordenadores e professores supervisores, com os licenciandos.



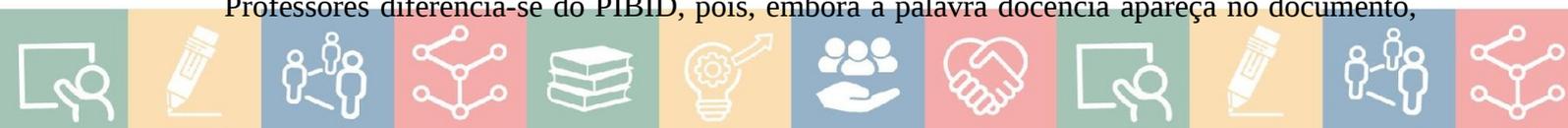
Não se pode relegar a segundo plano as bolsas que também são destinadas aos professores coordenadores e professores supervisores do PIBID. Elas fomentam o interesse de professores com mais experiência no ensino básico a se inscreverem no programa e, desse modo, a contribuir para a formação dos novos professores. Todavia, esse movimento dialógico pressuposto no PIBID parece não ganhar destaque no Programa Mais Professores, uma vez que a bolsa está condicionada a estudantes que obtiveram bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sem que estes se envolvam com projetos de ensino.

Em relação à docência, encontramos os seguintes elementos elencados no próximo quadro.

Quadro 2: SOT Docência e STT Ações de incentivo à docência

SOT	STT	TRECHOS DECRETO PIBID	TRECHOS DECRETO MAIS PROFESSORES
Docência	Ações de incentivo à docência	<p>1-Fomentar a iniciação à docência.</p> <p>2-Planejamento, organização e execução das atividades de iniciação à docência em sua área de atuação acadêmica.</p> <p>3- Professor supervisor: o docente da escola de educação básica das redes públicas de ensino que integra o projeto institucional, responsável por acompanhar e supervisionar as atividades dos bolsistas de iniciação à docência.</p> <p>4 - O PIBID cumprirá seus objetivos mediante a concessão de bolsa de iniciação à docência a alunos de cursos de licenciatura que exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, bem como aos professores responsáveis pela coordenação e supervisão destas atividades.</p>	<p>1- Prova Nacional Docente – PND, com o objetivo de subsidiar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nos processos de seleção e de ingresso no magistério da educação básica pública, com vistas à melhoria da qualidade da docência e da formação dos professores.</p> <p>2 -Incentivo à docência, na modalidade de poupança, que será acumulada durante o período regular de integralização do curso.</p> <p>3-Os professores selecionados para o recebimento da Bolsa Mais Professores participarão de curso de especialização em docência para a educação básica, que deverá ser realizado durante o período de duração da bolsa.</p>

Na coluna de trechos retirados do Decreto PIBID, há uma referência clara no que diz respeito à iniciação à docência. Na segunda coluna, tópico 1, o documento apresenta uma finalidade do PIBID que se atrela à formação para o trabalho docente. O Programa Mais Professores diferencia-se do PIBID, pois, embora a palavra docência apareça no documento,



não há de fato uma relação desse incentivo à aprendizagem do trabalho docente. Nesse sentido, de acordo com Garcia-Reis; Callian (2021), na formação docente, a prática precisa ser contemplada. De fato, no Programa Mais Professores, a formação inicial ainda está muito restrita à formação acadêmica teórica, diferentemente do PIBID, que condiciona o recebimento da bolsa a licenciandos que são encaminhados para exercerem atividades pedagógicas em escolas públicas.

O próximo quadro tratar-se-á da dimensão da formação e das ações prescritas em cada um dos documentos a respeito da formação inicial. A formação inicial para o trabalho docente, quando não se considera o ambiente de atuação dos futuros trabalhadores, a escola, e as relações que se estabelecem nesse espaço, torna-se fragmentada. Tardif (2014) afirma que, para compreender os saberes do professor, devemos levar em consideração a sua relação com o trabalho na escola e na sala de aula.

Quadro 3: SOT Formação e STT Ações de formação inicial

SOT	STT	TRECHOS- DECRETO PIBID	TRECHOS DECRETO MAIS PROFESSORES
Formação	Ações de formação inicial	<p>1- Fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira.</p> <p>2- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica.</p> <p>3-Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica.</p>	<p>1- Relação entre a teoria e a prática nos processos de formação inicial e continuada dos professores.</p> <p>2- A articulação entre as redes de ensino da educação básica e as Instituições de Educação Superior – IES no contexto da formação docente.</p> <p>3- Assegurar a equidade de oportunidades de desenvolvimento na formação docente e a valorização profissional dos professores.</p> <p>4-O Ministério da Educação, em colaboração com os entes federativos, promoverá ações de fortalecimento da formação inicial e continuada para os professores da educação básica.</p>



--	--	--	--

No Decreto do PIBID, no tópico 3, encontramos, como uma das finalidades do programa, a promoção da integração entre educação superior e educação básica. Parece-nos que essa integração só se dá de maneira sólida e engajada no convívio real do estudante de licenciatura com a escola, uma vez que observar e conviver com professores mais experientes contribui para a construção de novos saberes. Além disso, a constituição desses saberes pelo professor ajuda-o a construir a sua identidade com a profissão (Pimenta, 1996). Entretanto, embora no Decreto do Programa Mais Professores, encontremos referência a uma “articulação entre as redes de ensino da educação básica e as Instituições de Educação Superior”, não há uma ação concreta definida de como essa articulação acontecerá.

Por fim, apresentaremos o quadro relacionado à formação com enfoque nas ações para a formação continuada.

Quadro 4: SOT Formação continuada e STT Ações de formação continuada

SOT	STT	TRECHOS DECRETO PIBID	TRECHOS DECRETO MAIS PROFESSORES
Formação continuada	Ações de formação continuada	1- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como cofomadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério.	1-O Ministério da Educação, em colaboração com os entes federativos, promoverá ações de fortalecimento da formação inicial e continuada para os professores da educação básica. 2-O Ministério da Educação disponibilizará o Portal Mais Professores, com acesso aos cursos ofertados pelas secretarias do Ministério da Educação e pelas instituições públicas de ensino superior, de acordo com o perfil de interesse e da região dos



			profissionais.
--	--	--	----------------

Como já ressaltamos na seção introdutória deste texto, o PIBID tem funcionado como uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que deve ser visto como um instrumento de formação inicial para os futuros professores, também precisa ser entendido como um contexto de formação continuada para professores da educação básica que assumirão a função de supervisores. Quando o professor de classe recebe os alunos do programa PIBID, há, provavelmente, uma modificação no seu agir docente. Nesse contexto, o professor supervisor passa a lecionar para duas categorias de alunos: aqueles próprios da educação básica e aqueles que vêm de um outro espaço do saber que é o ensino superior. Essa segunda categoria traz para a sala de aula do professor supervisor uma nova configuração que interferirá no gênero da atividade docente, precisando, por vezes, o professor reconstruí-lo (Bronckart, 2006). Desse modo, ao receber esse novo status de professor coformador, como definido na terceira coluna, no tópico 1 dos trechos do Decreto do PIBID, os professores supervisores revisitam seus saberes e seu agir docente à luz de novas teorias e diálogos com as IES.

Essa importância dada pelo PIBID aos professores de educação básica, contudo, não se verifica no Programa Mais Professores. As ações destinadas à formação continuada se colocam como novos cursos que serão oferecidos aos docentes, mas que, possivelmente, não resultarão, necessariamente, em protagonismo e atorialidade docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi, a partir da análise comparativa de dois documentos oficiais – os decretos referentes ao PIBID e ao Programa Mais Professores –, investigar possíveis afetamentos do segundo programa no primeiro. Ao verificarmos, nos textos prescritos, as ações que recaem sobre as dimensões licenciatura, docência e formação, pudemos perceber que o Programa Mais Professores apresenta uma abrangência maior, uma vez que dialoga diretamente com o estudante do ensino básico, possibilitando-lhe uma escolha profissional via incentivo financeiro, o que não é pouco em contextos que deixam evidentes situações de vulnerabilidade social. No entanto, de acordo com uma nota emitida pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACED/UFJF) e publicada no site da instituição, o Programa Mais Professores não contempla aspectos fundamentais para a



valorização real do professor, como salários dignos, condições de trabalho, direitos e planos de carreira.

Além disso, colocando em perspectiva a Bolsa Pé de Meia da licenciatura, haveria uma possibilidade de o Programa Mais Professores contribuir negativamente para um possível esvaziamento e conseqüente enfraquecimento do PIBID. Como pontuado nas discussões, o PIBID tem um papel fundamental na formação docente, seja ela inicial ou continuada. Criar um programa que se coloca como um possível concorrente para o PIBID, uma vez que não é possível a concomitância ou acúmulo de bolsas, é retroceder em finalidades e objetivos educacionais.

Portanto, acreditamos que o acompanhamento das portarias e das diretrizes que tornarão as regras do Programa Mais Professores mais claras e delimitadas será fundamental. A continuidade da análise dos novos textos prescritos e suas comparações com outros documentos oficiais de programas de bolsas tornar-se-ão material profícuo para a implementação de pesquisas e de críticas necessárias ao campo de pesquisa de políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. *Decreto nº 7.219 de 24 de junho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007_2010/Decreto/D7219.htm

BRASIL. *Decreto nº 12.358 de 14 de janeiro de 2025*. Institui o Programa Mais Professores para o Brasil – Mais Professores. Diário Oficial da União. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12358.htm

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Tradução de Anna Rachel Machado e Maria Lourdes Meirelles Matencio. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2006.

BRONCKART, J. P. *O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

BRONCKART, J. P. *Teorias da linguagem: Nova Teoria Crítica*. Tradução Luzia Bueno, Ana Maria Mattos Guimarães e Eliane Gouvêa Lousada. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2021.



BULEA, E. *Linguagem e efeitos desenvolvimentais da interpretação da atividade*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

GARCIA-REIS, A. R.; CALLIAN, G. R. O trabalho docente de uma professora supervisora do PIBID-Língua Portuguesa na perspectiva dos licenciandos. *Revista Linguagem em foco*. Vol.3, n.1, 2021, p.139-161. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/4915>.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01/03/25

GATTI, B. A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013.

GATTI, B. A. Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais. *Est. Avaliação Educacional*, SP, v. 25, nº 57, p. 24-54, jan./abr. 2014.

GATTI, B. A.; Barretto, E. S.; André, M. E. D. A.; Almeida, P. C. A. *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Brasília. UNESCO, 2019. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367919>> Acesso em: 01/03/2025.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: políticas e programas. *Revista Paradigma*, Vol. XLII, Nº Extra 2: Políticas, Programas e Práticas, maio de 2021. Disponível em: <<http://revistaparadigma.online/ojs/index.php/paradigma/article/view/1044/941>>.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, António (Org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995. p. 15-34.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor. Afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n166/1980-5314-cp-47-166-1106.pdf>>. Acesso em: 28/02/2025.

NÓVOA, A. *Escolas e professores: proteger, transformar, valorizar*. Colaboração de Yara Alvim. Salvador SEC/IAT, 2022.

PIMENTA, S. G. Formação de professores – saberes da docência e identidade do professor. *R. Fac. Educ.*, 22(2): 72-89, 1996.

SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, nº 130, p. 99-134, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/06.pdf>>

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, Vozes, 325p., 2014.

